

ATA Nº 20

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de **dois mil e vinte e um**, pelas 09: 15 minutos, teve lugar, no **Auditório do CILV – Centro de Inovação e Logística de Valença**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**: __

I – Período de “Intervenção do Público”	
I – Período de “Antes da Ordem do Dia”	
II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:	
1º -	Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal
2º	Aprovação do Mapa de Fluxo de Caixa e a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021
3º -	Regulamento de Concessão de Apoios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Valença
4.º	Contrato de Comodato entre o Município de Valença e a Freguesia de Fontoura
5º -	AdAM – Avaliação dos Serviços Prestados

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. _____

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Óscar Gabriel Pereira da Silva, Luís Manuel Gomes Amorim, Isabel Granjo Vaz e António Joaquim Dias, foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros, Carlos Aleixo Pereira Gomes, Ana Cláudia Gomes Moreira, Fernando Vidal Lourenço e Luís Araújo. _____

Verificadas as **substituições e as faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros:

Alberto Luís Oliveira Vilas; Paulo Jorge da Cunha Esteves; Elisabete Frade Lopes Viana, Inês Rita da Silva Ferreira; Jorge Moura Rodrigues; Vasco Rodrigo Marques Severino; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Cristóvão Amorim Pereira; Ana Raquel Soares Sanches; Avelino António Oliveira Marinho; Fernando Vidal Lourenço; Vítor Manuel Costa de Oliveira; Carlos Aleixo Pereira Gomes; Ana Margarida Garcia Tomé; Ana Cláudia Gomes Moreira; José António Lopes Nogueira; Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez; Manuel Álvaro Guimarães Gomes; Orlando Vasco da Cunha; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Carlos Manuel Afonso Pereira; Rui Miguel Araújo Ferreira; Manuel António Soares de Brito; Francisco José Rodrigues Romeu; Luís Araújo; João Batista Alpoim; Paulo Jorge Nobre Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Manuel Rodrigues Lopes** e os **Vereadores**, Elisabete Maria Lourenço de Araújo Domingues; Mário Rui Pinto de Oliveira; Liliana Mateus Fernandes Cerqueira; Anabela de Jesus Sousa Rodrigues e Lúcia Augusta Lopes Pereira. _____

Depois de estarem todos devidamente acomodados o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que a sessão da Assembleia Municipal cumpre todas as regras emanadas pela DGS, pelo que alertou para o uso obrigatório da máscara durante toda a sessão, desinfeção das mãos, um único sentido de circulação no interior do auditório, assentos designados sem possibilidade de qualquer troca, etc. _____

Assumiram funções para 1º e 2º secretário, os Membros Srs. Paulo Esteves e Elisabete Viana, respetivamente. _____

Todos os Membros intervenientes fizeram as habituais saudações no momento das respetivas intervenções. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste período não se verificou intervenção do público.

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Sr. Paulo Esteves** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no

período compreendido entre 17 de dezembro de 2020 e 25 de fevereiro de 2021, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho.

Prosseguindo, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que o projeto da **ata n.º 19** foi objeto de recolha de sugestões/correções e procedeu à abertura de discussão e não tendo surgido intervenções, a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por unanimidade**, aprovar a **ata n.º 19**, referente à sessão ordinária realizada, no dia 17 de dezembro de dois mil e vinte num universo de **21 (vinte e um) votantes**. Os membros Avelino António Oliveira Marinho, Vítor Manuel Costa Oliveira, Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez, Manuel António Soares de Brito e Carlos Aleixo Pereira Gomes, nos termos do n.º 3 do art.º 34.º do Decreto- Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro não participaram na votação da ata por não terem estado presentes nessa mesma sessão. _____

Seguidamente foi aberto um período para apresentação de propostas e moções. O Presidente da Mesa informou que foram entregues na mesa duas moções, duas propostas e um voto de pesar. Assim, o PS apresentou uma moção de Congratulação e uma Proposta para Implementação de um Sistema de Bicicletas Partilhadas, a CDU apresentou uma moção Em Defesa de Um Serviço de Água Pública, Acessível e de Qualidade para Todos e uma Proposta Pela Transparência e Dignidade da Assembleia Municipal. O Presidente da mesa, informou que em sede de Comissão Permanente, ficou decidido apresentar um voto de pesar pelos portugueses falecidos nos últimos tempos, que se transcreve: “Voto de pesar: março de 2020. Todos recordaremos esta data, foi a partir deste momento que passámos a assistir a uma nova realidade nas nossas vidas. A infeção pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 causador da doença covid-19, tem sido devastadora para a população mundial e responsável pelos gravíssimos constrangimentos a nível social, económico e financeiro.

Assim, num profundo momento de consternação, vem esta Assembleia Municipal de Valença expressar o seu mais sentido pesar pelas vítimas mortais causadas por esta pandemia e por outras patologias no mundo, no país e no Concelho de Valença, enviando aos seus familiares enlutados as nossas mais sinceras condolências e a nossa plena solidariedade. “. _____

Seguidamente, solicitou, que se observasse um minuto de silêncio, por estas vítimas e também em memória do desaparecimento do pai da Dra. Benvinda Gonzalez, o Sr. Jaime Gonzalez Rodrigues, que faleceu no dia 24 de janeiro com a idade de 96 anos. _____

Após se ter procedido à observância de um minuto de silêncio o Presidente da Assembleia Municipal solicitou que o Grupo Municipal do Partido Socialista fizesse a apresentação da sua proposta e de seguida a representante da CDU procedesse à leitura da proposta e da moção. _____

Cláudia Moreira: Após as saudações protocolares, procedeu à leitura da proposta: “Hoje, como nunca até aqui, somos confrontados com um sem número de alertas emitidos pelo próprio planeta que são reveladores do impacto negativo que as nossas atividades quotidianas lhe provocam colocando em causa as gerações futuras. É hora de que a sociedade, em geral e os decisores públicos em particular, se consciencializem dessa realidade e atuem assumindo uma atitude de responsabilização e preservação do meio ambiente. No âmbito do plano de mobilidade urbana sustentável, Valença foi alvo, no último ano, de uma intervenção financiada em 85% do valor elegível pelo programa Norte 2020 FEDER que permitiu criar uma nova ciclovia que liga os principais pólos da cidade. Nas palavras do próprio Município, Valença é uma cidade atenta aos novos desafios e estilos de vida, tenta adaptar-se para ter uma resposta positiva que garanta conforto, qualidade de vida e melhor ambiente aos que aqui vivem e a quem a visita. Este será um percurso verde, amigo do ambiente, que ligará os principais pontos da cidade, um percurso que pretende incentivar os valencianos a serem mais amigos do ambiente e os turistas a percorrer os vários pólos da cidade. Pois bem, o Grupo Municipal do Partido Socialista entende que o Município pode ser ainda mais ambicioso não se limitando à criação das infraestruturas. O Município pode e deve desenvolver mecanismos de dinamização das mesmas, incentivando os comportamentos amigos do ambiente. Nessa esteira, propomos a implementação de um sistema de bicicletas partilhadas. Existem já por todo o território português exemplos de sistemas de sucesso, como é o caso do adotado no Município da Figueira da Foz. O FIGAS é composto por uma frota de 40 bicicletas elétricas e 25 convencionais e 7 estações convenientemente distribuídas para servir os utilizadores que pretendam conhecer a Figueira da Foz e a zona envolvente, estando disponíveis todos os dias, todo o ano. Todas as bicicletas estão equipadas com GPS que permitem monitorar onde se encontra e onde esteve este equipamento. Para cada tipo de utilizador existe uma subscrição à sua medida, passes anuais, semestrais, mensais, ou aluguer ao minuto, que permite escolher a opção que melhor se ajuste às suas necessidades. O acesso às bicicletas é bastante simples, já que foi desenvolvida uma solução de pagamentos e subscrições disponíveis *online*, quer através da aplicação móvel ou de *website*. Valença dispõe de todas as condições para adotar um sistema similar ao FIGAS, adaptado à sua realidade, que lhe permita dar a conhecer os recantos da cidade e simultaneamente afirmar-se como uma cidade ecologicamente eficiente.” _____

Cláudia Labrujó: Após as saudações protocolares começou por, apresentar a proposta: ***Pela transparência e dignidade da Assembleia Municipal*** :“Considerando que estando o mundo a atravessar uma pandemia em que os direitos não estão suspensos, mas a mobilidade para a eles se chegar estão restritos, sendo o dever dos órgãos políticos primar pela transparência e pela total disponibilidade para que a população tenha toda ela acesso e conhecimento das discussões, deliberações e trabalhos por ele tratados, pelo exposto, a CDU vem propor que a Assembleia Municipal de Valença na sua reunião ordinária realizada no dia 26/02/2021 delibere a autorizar a transmissão em direto do decorrer dos trabalhos doravante das futuras Assembleias Municipais, seja pelos meios áudio e imagem, ou somente áudio, com a colaboração dos meios de comunicação social que tenham suporte técnico para tal efeito. “ _____

Seguidamente passou a apresentar a moção: ***“Em defesa de um serviço de água pública acessível de qualidade para todos”***

“Considerando que:

Primeiro, passado cerca e 1 (um) ano da concessão do serviço de abastecimento de água à ADAM, podemos constatar um enorme agravamento no custo das tarifas da água a que acrescem ainda inúmeros e diversos problemas na prestação deste serviço público.

Segundo: Este facto suscitou as mais amplas e justificadas reclamações dos utentes, tendo-se juntado a este coro de críticas também responsáveis autárquicos dos Municípios afetados a esta empresa.

Terceiro: A CDU não ignora que este último ano de funcionamento da ADAM infernizou a vida de muitos munícipes, no entanto, não podemos deixar de registar que o desenrolar dos acontecimentos deu força à opção tomada pela CDU quando votou contra a concessão decidida por esta Assembleia Municipal.

Quarto: A entrada em funcionamento da ADAM por si só constitui motivo suficiente para que se retirem lições de todo este processo e se apurem responsabilidades. Algo que já deveria ter sido feito e que a CDU explicitamente exige e não podem hoje os responsáveis pela criação desta empresa vir pedir desculpa publicamente, mas ao mesmo tempo, dizer que não são e não têm responsabilidades em tudo o que se passou até hoje.

Quinto: No entanto, é nosso entendimento que o descalabro que dura há mais de 1 ano deve ser motivo de reflexão, sim, mas não apenas reflexão sobre o problema dos erros nas faturas, o aumento das tarifas, a falta de resposta à reclamação dos utentes, ou sobre a falácia da suposta superioridade da gestão ADAM relativamente aos anteriores serviços municipalizados.

Sexto: Como a CDU tem afirmado e o histórico de semelhantes processos nos ensina, estão criadas as condições para poder transformar a água num negócio, podendo originar a sua futura privatização, vejam o caso da EDP, RESULIMA, Valor Minho, CTT, etc..

Sétimo: A questão de fundo que mais uma vez colocamos é a seguinte: este serviço público nunca devia ter saído da gestão municipal, pelo que a única forma de travar a sua progressiva degradação e eliminar o risco de uma possível privatização da água, mudam-se os Governos, mudam-se as vontades, no futuro, é reverter todo o processo de concessão.

Oitavo: É, neste sentido, que a CDU considera que devem ser criadas condições para facilitar a remunicipalização do serviço de água concessionado.

Nono: Este objetivo de reversão da concessão obriga a que a Câmara Municipal proceda a um estudo de viabilidade económico-financeira e jurídica de tal ação.

Décimo: Não se pode ignorar o fundamental da questão. A urgente necessidade de reverter a concessão, até porque o pior está por vir. Daqui por 5 (cinco) anos, se não for antes, o aumento/atualização das tarifas irá abater-se sobre todos os Municípios aderentes e, como podemos comprovar na conferência de imprensa dada este mês pelos Presidentes de Câmara, nada pode fazer pois as Autarquias têm uma posição minoritária dentro da empresa.

Décimo primeiro: Caso o Executivo Municipal falhe neste aspeto central então não restarão dúvidas sobre quem recaem as responsabilidades políticas pela destruição o serviço público de abastecimento de água, um direito humano da máxima importância.

Décimo segundo: Salientar ainda que muitos dos que votaram favoravelmente esta concessão somam-se hoje ao coro das críticas. Pois bem, é o momento de agirem em coerência e votarem favoravelmente esta moção. Nestes termos, a CDU vem propor que a Assembleia Municipal de Valença, na sua reunião ordinária realizada no dia 26/02/2021, delibere delegar no Executivo Municipal a realização de um estudo de viabilidade económico-financeira e jurídica da reversão da concessão das águas que deverá ser apresentado a esta Assembleia Municipal na próxima reunião ordinária. _____

Após a apresentação dos documentos e a solicitação do Grupo Municipal do PSD fez-se uma interrupção nos trabalhos, de dez minutos, para análise das mesmas e posterior discussão. _____

Retomada a sessão às 11h10, inscreveram-se para intervir os membros Inês Ferreira, José Nogueira, Cláudia Labrujó e Paulo Esteves. _____

Cláudia Labrujó: Para dizer que vota favoravelmente a moção do Partido Socialista uma vez que se enquadra em todo o alcance que pretendem para uma cidade mais saudável e um país e um mundo mais saudável. _____

José Nogueira: Após as saudações protocolares disse relativamente à implementação de um sistema de bicicletas partilhadas, que está tudo dito pela Cláudia Moreira. Quanto à proposta apresentada pela CDU, vão votar favoravelmente. Aliás, esta proposta já tinha sido feita quer

pelo Dr. Álvaro Gomes, quer pelo Óscar Silva e, na altura, não foi aprovada pela maioria. Quanto à moção, votarão também, favoravelmente sendo certo que quem liderou esta batalha a par da CDU também foi o PS. _____

Inês Ferreira: Após as saudações protocolares, disse em relação à implementação de um sistema de bicicletas partilhadas, que o grupo parlamentar do PSD reconhece toda a virtualidade da proposta mas, acrescenta, que já está a ser implementada. É um projeto ACT Transfronteiriço, está a ser executado, entre os Municípios de Cerveira e Tomiño, Valença e Tuí, Monção e Salvaterra, a disponibilidade de bicicletas com GPS, com pontos de carregamento, aqui em Valença, é junto ao BPI, e um posto de abastecimento físico e um virtual na piscina. Cada utente vai poder deixar ficar a bicicleta onde entender, inicialmente no próprio Concelho, mas futuramente poderá deixar ficar num outro qualquer Concelho e a bicicleta depois será retomada. Portanto, embora reconhecidas as virtualidades o mesmo está a ser implementado, e por ser extemporâneo, não votam a favor uma coisa que já está a ser feita. Relativamente à proposta da transmissão em direto dos trabalhos do Órgão Deliberativo votarão contra por uma razão muito simples o título não parece correto, pois não é por passar a ser transmitidas as sessões desta Assembleia que a mesma vai ser mais digna. Quem faz a dignidade desta Assembleia são os seus membros, a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara. O transmitir por áudio ou por vídeo, não a torna mais digna.

Relativamente à moção apresentada pela CDU está convicta que os Senhores Presidentes da Câmara dos Municípios aderentes, tendo em conta os problemas que a faturação tem trazido, de certeza que já estarão a estudar todas as possíveis soluções, incluindo o estudo de viabilidade económica, financeira e jurídica para a reversão. A comunicação social tem dado eco a essas reuniões entre os sete Municípios, como também tem dado eco das reuniões destes com o Senhor Ministro do Ambiente, responsável último desta questão. Portanto, tendo isto em conta votarão contra. _____

Paulo Esteves: Após as saudações protocolares, em relação à proposta do Partido Socialista, se não existisse os programas que estão neste momento em execução, parecia de todo pertinente e votaria favoravelmente, porque na prática, concorda integralmente com o teor da proposta. Mas uma vez que já estão a ser levados projetos deste âmbito, a proposta, é neste momento, extemporânea.

Quanto à proposta da CDU, relativamente à transparência e dignidade da Assembleia, disse que pelo menos desde que participa na mesma, esta sempre se tem pautado por uma grande dignidade e por uma grande transparência. O título é infeliz porque passa a imagem de que não

existe transparência nem dignidade e não é o que acontece, razão pela qual votará desfavoravelmente.

Relativamente à moção, em defesa de um serviço de água acessível e de qualidade para todos, disse que a sua posição é conhecida e não mudou, que na altura votou ao lado do Partido Socialista e da CDU, contra a posição do seu partido. Mantem, praticamente na totalidade todas as dúvidas e receios que tinha. No entanto, não votará favoravelmente a moção porque no último parágrafo diz: “Delegar no Executivo Municipal a realização de um estudo de viabilidade económico-financeira e jurídica da reversão da concessão das águas que deverá ser apresentado a esta Assembleia Municipal na próxima reunião ordinária.” Parece pertinente a criação de um grupo interdisciplinar que equacione as consequências jurídicas e financeiras de uma possível reversão da concessão das águas, no entanto, o período de tempo exigido, é absolutamente inverosímil. Na sua ótica, a fazer-se um estudo desta natureza, implicaria, uma escolha criteriosa de peritos, cada um com as suas especialidades, a criação de uma equipa intermodal e para tanto o prazo é manifestamente insuficiente. E é por isso, que embora concorde com grande parte do teor da moção, não poderá votar favoravelmente porque o que é exigido à Câmara é inexecutável, responsabilmente não se pode fazer. _____

Cláudia Labrujó: Para dizer que a sua posição desde que foi eleita para a Assembleia Municipal, desde há vários anos, tem sido, sempre, no sentido de trabalhar em prol dos objetivos comuns do Município. Ora, das duas situações apresentadas, parece que a primeira proposta não vai ser aprovada pelo título. Assim, está na disposição de o modificar, se essa for condição para ser aprovada. No que se refere à moção, perguntou ao interlocutor anterior quanto tempo, seria necessário, para se criar as condições necessárias para fazer o estudo. Assim, poderão alterar o tempo de apresentação desse estudo. _____

Paulo Esteves: Em resposta ao membro Cláudia Labrujó esclareceu que, como o Município de Valença integra a empresa AdAM, teria que, eventualmente, ser um exercício conjunto, assim como a própria nomeação dos peritos. Depois coloca-se a questão de saber que tipo de peritos se escolheria, ou seja, desde economistas, juristas, pessoas que tenham conhecimentos em gestão ambiental, etc. Depois, havendo consenso relativamente à qualidade técnica ou profissional de cada perito, há o trabalho de elaboração do relatório. Portanto, seria puramente especulativo indicar uma data. _____

José Nogueira: Após as saudações protocolares, disse que, foram faladas pelo menos duas ou três situações. A situação n.º 1: foi a implementação de um sistema de bicicletas partilhadas, que,

parece que está implementado, no entanto, não retiram a proposta. Quanto ao ponto dois ficou a saber que a questão fundamental de transmitir ou não transmitir as futuras Assembleias Municipais por via audiovisual ou sonora, está no título dado à proposta – pela transparência e dignidade da Assembleia Municipal – e não pelo acesso dos cidadãos ao que se passa nesta casa. Quanto à moção perguntou se se sabe qual o capital social de Valença na empresa. E qual é o valor da rede de água e saneamento que nós lá metemos. Disse que esse valor pode variar entre os 22 e os 28.000.000,00€. E agora, tal como se previa e não funciona o que se vai fazer para resolver a situação? O que a CDU propõe é muito claro: estudo de viabilidade económica, financeira e jurídica da reversão das concessões das águas. E o período proposto é mais que suficiente para a elaboração desse estudo. Não há necessidade de envolver outros Municípios, isto tem a ver, exclusivamente com Valença. _____

Presidente da Assembleia Municipal: Num universo de 29 (vinte e nove) membros desta Assembleia a proposta apresentada pelo Partido Socialista Proposta para Implementação de um “Sistema de Bicicletas Partilhadas” obteve a seguinte votação: 18 (dezoito) votos contra, e 1(uma),abstenção e 10 (dez) a favor. Rejeitada por 18 (dezoito) votos. _____

A moção apresentada pela CDU “Em Defesa de Um Serviço de Água Pública, Acessível e de Qualidade para Todos”, no mesmo universo de 29 (vinte e nove) membros obteve a seguinte votação: 18 (dezoito) votos contra, e 1 (uma),abstenção e 10 (dez) a favor. Rejeitada por 18 (dezoito) votos. _____

A proposta apresentada pela CDU “Pela Transparência e Dignidade da Assembleia Municipal” no mesmo universo de 29 (vinte e nove) membros obteve a seguinte votação: 18 (dezoito) votos contra, e 1 (uma),abstenção e 10 (dez) a favor. Rejeitada por 18 (dezoito) votos. _____

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às interpeleções ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Srs. Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, Carlos Pereira, Cláudia Moreira, Luís Araújo, Inês Ferreira, Jorge Moura, Paula Natal e Paulo Esteves. _____

O Membro Cláudia Labrujó: Perguntar, uma vez mais, ao Sr. Presidente da Câmara qual o ponto em que se encontram as obras na Avenida do Cristelo. Continuou dizendo que já, anteriormente, questiona a ausência dos bancos existentes junto à Fonte de Cristelo, exigindo a reposição destes no seu lugar. Quanto ao piso de escoamento da fonte também exigem a devolução ao seu local. Alertou, para o facto de a fonte estar a perder água pela coluna do lado

esquerdo. Questionou a razão de existirem três pisos diferentes, em frente à fonte. Acrescentou que a via, que se denomina ciclovia, não possui espaço suficiente para o cruzamento dos veículos, assim como, na continuação da mesma via, existem locais onde, no meio da ciclovia existem postes públicos e junto ao Edifício Bruxelas, tem um semáforo, precisamente, no meio da ciclovia. Quis saber para quando está prevista a conclusão dos passeios na Rua dos Senhor dos Esquecidos. Alertou para o facto de a Estrada Nacional 101, em frente ao “Cândido dos Pneus” estar uma vergonha, com a agravante de ser uma das principais entradas a norte. Na Avenida Miguel Dantas, em frente aos bancos, os escoamentos das sargetas estão entupidos pelo que seria conveniente proceder à limpeza. Referindo-se ao Convento de Sanfins disse que existem umas esculturas na entrada, porém sem indicação do nome da obra ou do seu autor. Ainda, neste local, verifica alguns atropelos paisagísticos, como é o caso da cabana para crianças ou os balouços de jardim decorativos que, considera não se enquadrarem na história do local. Enalteceu o afinco em manter o local limpo e visitável e perguntou para quando está previsto fazer um acesso ao cemitério que está desativado. _____

Francisco Romeu: Após as saudações protocolares lembrou, apesar de muito simples, a cerimónia de 18 de fevereiro, celebrada em Valença e em Ganfei, e manifestar tristeza pelo que a pandemia causou no último ano de mandato. Agradecer ao Município durante este tempo que esteve na Junta de Freguesia, as celebrações do dia 18 de fevereiro que sempre foram feitas, lembrar a que contou com a presença do Exmo. Presidente da República e agradecer por tudo o que fizeram pelo 18 de fevereiro. Manifestar descontentamento pelo trabalho realizado pela empresa de recolha do lixo, porque verifica, pelo menos na freguesia de Ganfei, que são os funcionários da empresa que, por vezes, estragam os contentores. Perguntou qual a razão de não haver manutenção dos contentores enterrados. _____

Carlos Pereira: Após as saudações protocolares referiu que, tal como o interlocutor anterior, também pretendia falar da recolha do lixo. A freguesia de Cerdal é muito afetada por ventos e, como tal, há necessidade de segurar os contentores para que não vão para o meio da estrada, mas os funcionários da empresa de recolha do lixo, retiram a corrente colocada para segurar os contentores e não a recolocam. Já mais que uma vez manifestou esta preocupação junto do Senhor Presidente de Câmara. Também, solicitou ao Senhor Vereador que recolha alguns contentores, porque com o tempo vão-se deteriorando. Perguntou qual o ponto de situação da empreitada da pavimentação da Estrada de Passos e para quando está prevista a obra do saneamento, embora seja uma obra da AdAM. Agradecer à colega, a Presidente de Junta de Valença, pelo protocolo celebrado com a superfície comercial “Continente” que teve a amabilidade de estender às outras Freguesias. _____

Cláudia Moreira: Para dizer que já por diversas vezes o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem alertado para o estado da manutenção e conservação da Ecopista. Referiu que cedeu ao Senhor Presidente da Mesa, para que mostre ao Senhor Presidente de Câmara, o estado do troço que começa na entrada do Lidl e vai até à Urgeira. Mas para além deste troço, a necessitar de intervenção imediata, é necessário atender a todo o percurso da Ecopista que atravessa Valença, porque o estado não é o melhor. _____

Luís Araújo: Após as saudações protocolares agradecer o facto de a Câmara Municipal ter submetido a uma candidatura o projeto do parque de lazer da Zona Ribeirinha de São Pedro da Torre. Realçar que é a primeira fase de uma grande obra, que além de servir os torreenses vai servir toda a comunidade valenciana, assim como quem nos visita e desfruta dessa zona lindíssima, rica em fauna e flora. _____

Inês Ferreira: Começou por dizer que a sua intervenção iria começar, pela experiência que teve com o início da vacinação dos valencianos com oitenta ou mais anos. No dia de ontem, dia 25 de fevereiro, no pavilhão gimnodesportivo, começou a vacinação dos valencianos com oitenta ou mais anos. O centro de vacinação está instalado no pavilhão gimnodesportivo, instalações que foram criadas a expensas do Município. É inadmissível que quando se fala tanto em digitalização do país não haja portáteis à disposição dos profissionais de saúde que têm que ir para o terreno participar neste desafio que é vacinar a população valenciana e nacional e tenha que ser a Câmara Municipal a disponibilizar os meios informáticos. Agradeceu, em nome dos municípios de Valença, todo esse empenho que o Executivo liderado por o Sr. Manuel Lopes tem desenvolvido desde março de dois mil e vinte. A pergunta que se impõe disse ser, qual é o apoio financeiro que o Governo Central já enviou para as Câmaras Municipais para fazer face a todo o tipo de apoio que têm assegurado nesta situação. Verificou, também, que a Câmara Municipal disponibilizou transporte para todos aqueles que não podem deslocar-se por meios próprios. ____

Jorge Moura: Após as saudações protocolares, perguntou se existem indicações de desemprego no concelho atendendo à situação que se vive e também para perguntar qual a situação do tecido empresarial no concelho. _____

Paula Natal: Após as saudações protocolares, para salientar o excelente trabalho que o Município está a desenvolver, mesmo sem o apoio do Governo, por exemplo, na entrega dos computadores portáteis com *internet* aos alunos do secundário, obviamente aos mais necessitados ou o apoio a nível social às famílias carenciadas, que neste momento em Valença já são quase trezentas. Ou seja, passou-se de trinta famílias passaram para quase trezentas famílias. Que a preocupa a dificuldade ou pobreza escondida, não obstante o excelente trabalho que os

Presidente de Junta têm feito na recolha de dados das famílias carenciadas. Salientar o trabalho que está a ser feito da recuperação do espólio do Museu Rural de Taião, pelas mãos dedicadas e minuciosas de António Freitas. São quatrocentas e setenta e seis peças que, no futuro, poderemos visitar. _____

Paulo Esteves: Começou a sua intervenção por referir que notou no trajeto, entre a Repsol e a Avenida Miguel Dantas, que os passeios estão a ficar deteriorados devido às raízes das árvores. Os lancis já estão a ficar fora do local e existem diversas lombas. Por outro lado, é agora altura, já que se está a iniciar a primavera, de se proceder à manutenção e criação dos espaços verdes. Vê-se, por exemplo, na Avenida Sá Carneiro que o separador central não está devidamente cuidado e esta é uma artéria importante da cidade. Por outro lado, seria a altura ideal do ano para se proceder à limpeza dos passeios e do mobiliário urbano. Apraz constatar a vinda do Hospital da Trofa para o edifício do antigo mercado que, finalmente, lhe foi dada uma utilização útil. Nesse seguimento deveria pensar-se na requalificação da Rotunda da Trapicheira. Perguntou a razão de ter sido retirado o cobre que revestia a rotunda. Considera a intervenção que tem sido feita na Avenida do Cristelo de muito boa qualidade e está ser excelentemente executada. Sugeriu a colocação de mais recipientes para o lixo pequeno. Do seu ponto de vista, são pequenas coisas, que não requerem grande investimento e que dão outra qualidade de vida para quem nos visita e para quem cá vive. Em relação à rotunda da Trapicheira deixa a sugestão de se abrir um concurso de ideias para a sua remodelação. _____

Presidente da Câmara Municipal: Após as saudações protocolares e começando por responder a Cláudia Moreira, disse que viu atentamente as fotografias da Ecopista, junto à Casa da Vigia, e informou que a situação já se encontra resolvida. Continuou dizendo que com o tempo a melhorar vai haver a tendência de as pessoas saírem mais, mas alertou para a necessidade de não se baixar a guarda porque, apesar, de os números serem muito favoráveis quer no país, quer no Concelho, é necessário, quando começar o desconfinamento, se faça com responsabilidade, sob pena de estarmos a hipotecar o futuro, de um dia mais tarde voltar a fazer, neste órgão, outro momento de silêncio por todos aqueles que faleceram ou que ficaram com mazelas nas suas vidas. Em resposta a Cláudia Labrujó disse que as obras da Avenida de Cristelo sofreram alguns atrasos, foram prorrogadas a solicitação do empreiteiro. É uma obra candidatada pelo PAMUS (Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável), e já está concluída a 80%. Mas, neste momento, todas as obras, no Concelho, no Distrito e no País, estão a sofrer atrasos devido à situação da COVID 19. A título de exemplo disse que a eletrificação da linha do Minho devia ter terminado há 2 anos, no entanto a eletrificação até Valença só terminou no dia 17 de fevereiro. O facto de os pisos serem diferentes foi uma exigência dos arqueólogos, que se deixasse à

superfície aquilo que era o piso de antigamente. A Nacional 101 em frente ao “Cândido dos Pneus” tem algumas travessias que causam algum transtorno aos automobilistas, mas quem for à velocidade regulamentar de 50 km/hora, verifica que não são assim tão graves, porque as valas foram preenchidas com cimento e *tout-venant* devidamente compactado. O atraso com esta obra ficou a dever-se à necessidade de se negociar com o proprietário daquela casa, semiabandonada, para deixar alargar ao passeio por forma a haver passeio de ambos os lados. Quanto ao convento de Sanfins informou que o nome do escultor constava de uma placa assim como estava lá uma grelha, em aço inoxidável, naquela escultura que simboliza a fogueira ou as brasas com que se assava a comida nos tempos primórdios da civilização. Respondendo a Francisco Romeu referiu que, neste ano atípico, as comemorações do dia 18 de fevereiro, foram as possíveis. Quanto aos contentores do lixo, confirmou a existência de alguns partidos e agradece que continuem a comunicar as situações menos boas. Respondendo a Carlos Pereira, disse que a Ponte de Fervença, foi a primeira fase da empreitada da Estrada de Passos. Neste momento, estão em fase de apreciação as propostas do troço entre o cruzamento e o novo cruzamento. É uma obra orçada em 1.400.000,00€, (um milhão e quatrocentos mil euros), serão 3,6 km de tubagem de saneamento com gruas elevatórias e uma perfuração na Estrada Nacional 13, na Freguesia de São Pedro da Torre. Na próxima semana começa a obra. Além desta obra há outras em Friestas, Verdoejo e Ganfei e, haverá, outra em Gandra no abastecimento da zona industrial e no da nova zona industrial de São Pedro da Torre, pois o depósito já tem mais de 30 anos, não tem pressão para abastecer a nova zona industrial que está, neste momento, a ser criada em São Pedro da Torre. Respondendo a Luís Araújo, reafirmou o que já tinha dito ao Presidente de Junta da sua Freguesia, o Sr. António Dias, que caso houvesse uma extensão da candidatura ou uma nova candidatura nos mesmos moldes, cumpririam com o compromisso assumido e assim aconteceu. Mas também para dizer que, em termos de candidaturas das Freguesias que estão viradas para o Rio Minho, nem todas podem concorrer aos mesmos programas, isto porque até a Ponte Internacional são candidaturas apresentadas ao abrigo do programa PROMAR e da Ponte Internacional para cima são outro tipo de candidaturas. Em relação à intervenção de Inês Ferreira e da vacinação, deixou um agradecimento ao Senhor Vereador Mário Rui de Oliveira, pois foi ele que desde o início trabalhou para que as instalações ficassem condignas para receberem os utentes do Concelho. Lamentou o facto de no dia de ontem ter havido alguns “pavões” que se deslocaram ao local para tirar fotografias. Esta é uma situação muito séria e não deve servir para *show-off*, nem de propaganda. Aproveitou para informar que amanhã será dada a segunda dose da vacina na Santa Casa da Misericórdia de Valença. Os computadores, o mobiliário e as instalações, são todas a expensas do Município pois desde março de dois mil e vinte que espera a prometida comparticipação do Governo. Esclareceu, ainda, que o Município

já forneceu material informático para o 9.º, 8.º, 7.º, 6.º e 5.º ano. E forneceu mais que o próprio Ministério da Educação. _____

Terminadas as interpelações e os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou ao período da “Ordem do dia”. _____

I – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

PONTO 1º – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia, tendo procedido à abertura de inscrições tendo-se inscrito os Membros Cláudia Labrujó, Inês Ferreira, José Nogueira, Paula Natal e José Nogueira. _____

Cláudia Labrujó: Não tendo tido oportunidade para, no ponto anterior, falar de alguns assuntos, aproveita, agora, para perguntar qual a estratégia que o Município está a delinear para ajudar na retoma das atividades comerciais e turísticas do Concelho. Alertou para o facto de o telhado do edifício do mercado municipal voltar a ter ervas, perguntando para quando está prevista a limpeza do mesmo. Alertou também para o facto de, quer as estradas interiores quer as principais, comecem a ter buracos e tampas de saneamento soltas. Referiu que começa a haver inúmeras queixas por parte da população pelo facto de voltar a ver-se lixo depositado nos montes. Se já foi ponderado voltar a colocar os chamados “monstros”. A recolha do lixo demora dias, este fica acumulado, os contentores não são lavados, como era habitual. Referindo-se ao coreto existente no Jardim Municipal perguntou para quando está previsto o restauro assim como quando vão decidir cuidar, tratar e embelezar o jardim.

Passando à apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, no ponto da situação de empreitadas e projetos, referiu que verifica que em algumas empreitadas se refere “ *parceria com as Águas do Alto Minho*” daí que pergunte se não ia ser essa empresa a fazer as obras na totalidade. E se assim não é, qual a verba que a Câmara Municipal vai ou está a disponibilizar para cada uma das obras e quanto disponibiliza a empresa.

Na informação DEF012 de 17/02/2021, como explica os valores apresentados no período entre 09/12/2020 a 17/02/2021, pois parece que as dívidas diminuíram, mas o valor por pagar aumentou. Quanto à listagem dos processos judiciais pendentes perguntou sobre o processo n.º 2 (dois) das Águas do Noroeste, e o processo 7 (sete) Luís Francisco de Barros Pereira. _____

José Nogueira: Trouxe ao conhecimento desta Órgão uma moção de congratulação apresentada pelo Grupo Intermunicipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da CIM Alto Minho no dia 22 de dezembro, que mereceu o voto unânime da mesma. Passou a ler a moção. “Moção de congratulação: o Alto Minho beneficia de uma localização privilegiada no contexto da Euro Região Galiza-Norte de Portugal que concentra uma população de cerca de 6,5 milhões de habitantes e que se configura atualmente como um espaço de forte intervenção, interação social, económica e cultural, cheio de oportunidades e com grande potencial de desenvolvimento.

Tendo em consideração a posição geográfica e estratégica desta região, os setores da mobilidade e dos transportes constituem fator chave para a competitividade externa e para a coesão interna da região. Ao nível das infraestruturas rodoviárias, o anel das autoestradas A28, A27, A3, estrutura o território do Alto Minho a nível interno, definindo 3 contínuos urbanos, Viana do Castelo-Caminha-Valença, Viana do Castelo-Ponte de Lima e Arcos de Valdevez-Ponte da Barca, sendo que a grande maioria dos concelhos fronteiriços possui conexões aos concelhos vizinhos espanhóis. Já ao nível da rede ferroviária da região norte, o Alto Minho apresenta alguma debilidade quando comparada com o quadro nacional e com a Galiza, sendo a parte da Euro Região com indicadores mais débeis a este nível, tanto no tráfego de passageiros como de mercadorias. Por isso, têm vindo a ser reivindicadas melhorias nesta modalidade de transporte, seja pela adequação dos horários e percursos à realidade quotidiana das populações, seja pela eletrificação e modernização da via-férrea obsoleta.

O PNI 2030 consubstancia a estratégia do país para uma década de convergência com a União Europeia de forma a permitir que Portugal possa responder adequadamente aos desafios globais que se perspetivam para a próxima década. No que diz respeito ao Distrito de Viana do Castelo, no PNI 2030, figuram os seguintes projetos de rodovia e ferrovia. Rodovia: IC1, ligação de Caminha à A3, com estimativa de 65.000.000,00€ no Programa Construção de Missing Links, construção do acesso rodoviário da zona industrial de Vale do Neiva ao nó da A28, com uma estimativa de 8.000.000,00€ no programa de valorização das áreas empresariais, PVAE, fase II, construção da nova travessia do Rio Lima entre a EN 203, Deocriste, e a EN 202, Nogueira, com uma estimativa de 15,4 milhões de euros no programa de valorização das áreas empresariais, PVAE, fase II.

Ferrovia: projeto da nova linha Porto-Valença-Vigo, primeira fase, pretende-se reduzir o tempo de trajeto entre o Porto e a Galiza e aumentar a capacidade para mercadorias e passageiros e a ligação ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro. Esta ligação será desenvolvida de forma faseada, dando prioridade ao troço entre Braga e Valença, com o valor de investimento estimado e 900.000.000,00€. A acrescer a estes projetos, cumpre dar nota de destaque a outros projetos já em curso, nomeadamente a ligação entre a A3 e a zona industrial de Formariz, em Paredes de

Coura, que foi consignada pelo valor de 9.000.000,00€ e cuja conclusão está prevista para dezembro de 2021 servindo uma zona industrial com 35 empresas e 1.400 trabalhadores. Não obstante estes projetos, sendo que ainda há muito a fazer em prol do melhoramento das infraestruturas e acessibilidades desta região, seja ao nível do alargamento de eixos estruturantes ou do reforço do investimento no melhoramento das infraestruturas que carecem de urgente manutenção. Neste contexto, impõe-se desde logo a realização de obras de requalificação nas EN 102 e 202, nos troços de ligação entre Valença, Monção e Melgaço, que se encontram em estado de degradação, mas impõe-se também, e adicionalmente, a criação de vias rodoviárias alternativas a estas estradas nacionais que permitam o escoamento do trânsito destas vias junto dos núcleos urbanos de Valença e Monção devido ao facto de nestes pontos as referidas vias atravessarem os centros das localidades, com o congestionamento constante de trânsito. No que concerne a Melgaço, não se trata, não só se trata do Concelho mais periférico, como também do único Concelho do Alto Minho que se encontra a mais de 30 minutos de um IP ou IC. Já nos Concelhos de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, impõe-se a melhoria da estrada de ligação do IC 28 à fronteira da Madalena, com Ourense, na Galiza, que vem sendo reclamada há mais de uma década.”

Informou que depois com a votação favorável de todas as bancadas, propôs que esta moção fosse dada conhecimento aos órgãos competentes isto porque, apesar da pandemia, quer os partidos políticos, quer os autarcas, quer as comissões políticas dos partidos trabalham em prol do Alto Minho.

Inês Ferreira: Antes de começar a questionar o Senhor Presidente da Câmara, lembrou que as escolas tiveram instruções para a organização do ano letivo 2020/2021 prevendo a existência de aulas presenciais, mistas e síncronas. Isso significava que durante o verão era necessário providenciar no sentido de todos os alunos terem meios técnicos capazes de poderem assistir às aulas. Todas as vezes que o Senhor Ministro da Educação faz uma entrevista, refere que não se pode deixar ficar nenhum aluno para trás, no entanto, o Ministério da Educação está a deixar alunos para trás. Mas as Câmaras Municipais não estão a deixar nenhum aluno para trás. Aos professores não lhes foi dado rigorosamente nada para poderem dar aulas a partir de casa. O computador é dos senhores professores, a *net* é paga pelos senhores professores, a luz é paga pelos senhores professores. Relativamente às obras, teve a oportunidade de visitar as instalações, devido a um ato de cortesia por parte do Diretor do Agrupamento Muralhas do Minho. De facto, as instalações novas são muito boas, os alunos vão ter melhores condições de trabalho, um auditório fabuloso, uma cantina extremamente bem equipada, um espaço para a biblioteca também muito grande, uma entrada da escola e uma receção muitíssimo bem montada. Mas apesar disto colocou a questão de saber se não haverá possibilidade financeira de proceder a uma

“lavagem” dos três pavilhões, velinhos, que continuam na sede do agrupamento, o bloco D, o E e o bloco F.

Em relação ao ponto de situação das empreitadas perguntou qual o objetivo da requalificação da antiga Escola do primeiro ciclo da Silva. Entretanto, verifica que está projetada a casa mortuária da Silva, por isso insiste e a de sede do Município, para quando. Tendo conhecimento que vai haver uma unidade do Hospital da Trofa em Valença perguntou se sabe se vai ter acordo com o Serviço Nacional de Saúde. _____

Paula Natal: Relativamente ponto de situação de empreitadas e projetos, constata que vai ser feita mais uma obra na Freguesia de São Pedro da Torre, através de uma candidatura apoiada pelo Município de Valença. Lamenta a forma como a candidatura da Sociedade Recreativa Segadanense foi tratada por ser apoiada pelo Município Tem pena que o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre não esteja aqui a ouvir o que está a dizer, mas com certeza que lhe irão transmitir, e isso fica registado em ata, obviamente. Toda esta situação está a dar muito trabalho, mas fica contente, porque se havia dúvidas relativamente à idoneidade da associação, vai poder demonstra-se que é uma associação que sempre apoiou todas as câmaras e todos os Presidente de Câmara. Que sempre foi um complemento a todos os valencianos, assim como todas as juntas, todas as freguesias. _____

Presidente da Câmara Municipal: Começou por responder a uma questão colocada pelo membro Jorge Moura em relação à zona industrial e ao desemprego. Leu nas notícias, no decorrer da semana, que Monção, Valença e, salvo erro, Melgaço tinham subido em termos de desemprego. Lamenta e por vezes já o disse e repete, que neste momento e felizmente Valença é dos Concelhos menos afetados pelo desemprego. Diariamente, por volta das 07h30 se desloca à zona industrial e visita empresas, alternadamente, e o pedido é o mesmo: trabalhadores. E não se conseguem. Não percebe como isso acontece numa situação difícil como a que estamos a atravessar. A empresa *Lear*, entrará em funcionamento em breve e calcula-se que empregará cerca de duzentos trabalhadores. Estão mais três indústrias com projetos aprovados, uma de recuperação das torres eólicas, outra de automatismos e aço inoxidável, que se deslocalizou de Santiago de Compostela para Valença, e outra dos Hierros Caldas.

O Hospital da Trofa abrirá na próxima semana, não na sua totalidade, nem com todas as valências mas é sem dúvida uma mais-valia para Valença.

Sobre o projeto da Sociedade Recreativa Segadanense respondeu ao membro Paula Natal, dizendo que mais tarde ou mais cedo, teriam que se virar para aquele lado, pois uma das zonas

mais emblemáticas da cidade viradas para o rio é zona da Senhora da Cabeça. O projeto passa pela requalificação do imóvel que lá está, para o adaptar a um centro de interpretação e, numa fase seguinte, naturalmente que o Município está empenhado em adquirir aqueles terrenos circundantes para que ali se faça um parque virado para o rio. A zona reúne todas as condições, pelo espaço verde envolvente, pela proximidade do rio, pelas acessibilidades, para que ali seja o parque da cidade. Há também, a intenção, no futuro de fazer a ligação à secular Ponte Internacional, criando as condições de se poder construir uma travessia pedonal e ciclável com a Catedral de Tui.

Em relação à Estrada Nacional 101 disse que, como obra estruturante, está pensada uma alternativa. Nessa estrada circula muito trânsito e é altura de o retirar do centro por isso está pensada uma variante que vai desde o nó da autoestrada e vai encaixar junto ao cruzamento que vai para Gondomil, Boivão, no limite do concelho e daí dar ligação à A52, em Espanha e que servirá, também, a nova zona industrial de Salvaterra.

Quanto ao ensino também já disse que o Senhor Ministro da Educação não fez o trabalho de casa, a sorte é que existem pessoas boas que fazem o trabalho de casa a expensas próprias e que, no final do mês, não lhe apresentam a conta. Nesta área não pode deixar de reconhecer o trabalho e empenho da Sra. Vereadora Elisabete Domingues, para que todos, que necessitavam de meios de comunicação à distância, de computadores, de *internets* o tivessem.

A obra da Escola Sede do Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho está terminada. Assim com a remodelação de escolas, com a ESCE e agora com a obra do Agrupamento acha que as gerações vindouras têm todas as condições, se assim o quiserem, de terem melhores condições de aprendizagem desejando que saíam daqui grandes cabeças, grandes homens como têm saído até agora. Deixou um repto ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se as medidas o permitirem que a próxima Assembleia ou a seguinte se realize no auditório do Agrupamento de Escolas para que todos tenham conhecimento daquilo que lá foi feito e onde foi gasto o dinheiro.

A Escola da Silva está a ser requalificada e, no futuro, terá duas utilizações. Por uma lado funcionar como uma habitação de emergência e por outro lado para uma associação da freguesia.

Quanto à unidade do Trofa Saúde independentemente dos acordos de tenha ou venha a ter é, sem dúvida, uma mais-valia para o Concelho. _____

SEGUNDA VOLTA

Cláudia Labrujó: Pelo que ouviu Valença tem capacidade populacional para albergar dois hospitais particulares e no Centro de Saúde as urgências foram encerradas. Deixa a reflexão dizendo que espera que conste em ata. Concorde com Inês Ferreira em relação à casa mortuária da sede do concelho perguntando pela moção apresentada, há vários anos, pela CDU para uma casa mortuária. Mas quando morrer, queria ir para uma casa mortuária em Valença, não em Ganfei.

Quanto à superfície comercial – Pingo Doce – que vai abrir perguntou se está prevista mais alguma unidade empresarial desta índole em Valença e qual vai ser a área dessa unidade comercial. Já existe várias unidades comerciais deste tipo e provavelmente mais virão e por isso perguntou se, quando o pequeno comércio reabrir, se estão a ser acauteladas as situações, se o Município tem um plano para alavancar o comércio local.

O parque da cidade é uma excelente ideia assim como também o seria um parque temático, naquela zona. Não obstante, espera que a idealização desse parque da cidade não signifique que se vai deixar ao abandono o Jardim Municipal. _____

José Nogueira: Para retificar que, por lapso, quando falou dos Presidente das Câmaras, esqueceu-se de referir os deputados na Assembleia Municipal e o Presidente do Conselho Executivo da CIM, Dr. José Maria Costa, na implantação e no desenvolvimento das vias estruturantes para o Alto Minho. Depois, para dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que as obras na Nacional 101 começaram e pararam em Friestas. _____

Inês Ferreira: O Serviço de Apoio Permanente do Centro de Saúde de Valença foi encerrado por um protocolo assinado no tempo em que era Presidente da Câmara Municipal de Valença o Dr. José Luís Serra, após ter divulgado no boletim municipal que vinha para cá a Unidade Básica de Saúde mas que afinal acabou por ir para Monção. Portanto, não foi o Executivo do PSD que assinou esse acordo. Em termos de tempo, o encerramento deu-se no período em que o Presidente da Câmara era o Dr. Jorge Mendes, mas o acordo tinha sido assinado anteriormente. E ainda bem que existe alternativa privada em Valença pois se tivesse ido para outro Município, estávamos agora a ouvir que Valença não tem nada, que foi para outro lado. Quanto à oferta de supermercados, referiu que, enquanto consumidora, fica bem. Quanto mais oferta houver melhor para os consumidores. Relativamente às mercearias de proximidade, acredita que vão continuar a vender, porque estão perto, estão bem localizadas junto da população. Acrescentou que se está sempre a pedir à Câmara Municipal de Valença que apoie mas neste momento, a Câmara está a ter encargos excepcionais com a pandemia. Já teve no ano anterior e vai continuar a ter no corrente ano. Se de facto não vierem apoios do Governo Central, de certeza absoluta que vai ter

muita dificuldade para apoiar todos aqueles que gostaria de apoiar. Não tem dúvida que o Presidente da Câmara gostaria de apoiar tudo quanto é iniciativa privada, pequenas e médias empresas, para alavancar o comércio local. Mas quando vier a denominada “bazuca financeira” vai querer ver, de forma bastante rigorosa e vai informar-se devidamente como é que esse dinheiro vai ser distribuído. Porque já há uma polémica instalada em Portugal relativamente à forma como vão ser destinados esses fundos. _____

Presidente da Câmara Municipal: Começou por dizer que, neste momento, faltam quatro casas mortuárias, Valença, Sanfins, Silva e Fontoura, embora esta última já em construção. Recordou que no orçamento está prevista uma verba dos 60.000,00€ (sessenta mil euros) a atribuir a cada uma das freguesias, tal como foi atribuído noutros Executivos, para a construção de cada casa mortuária.

Quanto às urgências encerradas adiantou não quer dizer mais do que explicado pelo membro Inês Ferreira.

Em relação às grandes superfícies, neste momento, está em construção o Pingo Doce, junto à Biblioteca Municipal que terá também uma componente de habitação, tal como prevê o PDM e o ARU. Quanto às grandes superfícies o consumidor só tem a ganhar. Entre ter os serviços no nosso Concelho, a empregabilidade ou as pessoas deixarem o seu dinheiro nos concelhos vizinhos, quer eles sejam Monção ou Tuí, é preferível tê-lo em Valença. Quanto à concorrência que estas grandes superfícies possam fazer ao pequeno comércio tradicional, não lhe parece porque o nosso comércio tradicional, está vocacionado uma parte, muito pequena para os residentes e outra parte, muito grande, para os visitantes, para o turismo, para os espanhóis. Quanto à escultura de Sanfins e atendendo a que foram lá colocadas no âmbito de uma candidatura da CIM para todos os Municípios pode ir ver e dizer quem é o autor. _____

PONTO 2º - APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXO DE CAIXA E 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2021

Presidente da Assembleia Municipal: Antes de abrir as inscrições para este ponto foi dito que primeiro teria que ser votado o Mapa de Fluxo de Caixa e só depois a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021. Após esta breve explicação, inscreverem-se neste ponto da ordem de trabalho, os Membros Cláudia Labrujó, Luís Araújo e Inês Ferreira. _____

Cláudia Labrujó: Quanto ao ponto em análise e após consultar o orçamento e grandes opções do plano para 2021 e verifica que na página na 175 (cento e setenta e cinco) se refere as entidades participadas pela Câmara Municipal de Valença, nomeadamente as Águas do Norte, S.A., Interminho, AdAM, Águas de Portugal, CIM, entre outras. Analisando a documentação verifica-se que a Câmara Municipal fez um negócio desastroso e atroz com a saúde financeira deste Município. Vai incorporar 1.019.220.29€ (um milhão dezanove mil duzentos e vinte euros e vinte e nove cêntimos), sendo que este montante vai reverter, de forma resumida, para: requalificação da envolvente sul Campo Feira, 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros), remoção das coberturas de fibrocimento da E.B. 2 de Valença, 100.000,00€ (cem mil euros), perguntando se isso não deveria ter sido incluído na obra geral. Ou será que este valor é para corrigir gastos absurdos que possam ter surgido entretanto? Transportes escolares, passes escolares 50.000,00€ (cinquenta mil euros); atribuição às freguesias, designadamente para investimento em infraestruturas da rede viária, 100.000,00€ (cem mil euros). Transferência à AdAM, para participação do Município nas obras de requalificação da rede de água e saneamento, 144.220.29€ (cento e quarenta e quatro mil duzentos e vinte euros e vinte e nove cêntimos) questiona se, afinal, entre a empresa e os fundos comunitários isso não ia ficar a custo zero para a Autarquia. Foi isso, segundo a sua interpretação, que na altura ficou dito nesta Assembleia. Afinal o bom negócio foi somente para as Águas de Portugal. Aquisição de água das instalações municipais, 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros). Afinal, não era gratuito para as instituições do Município. Depósito de tratamento de resíduos, 100.000,00€ (cem mil euros). Transferência para a AdAM resultante das medidas de apoio às famílias e operadores económicos, 161.700,00€ (cento e sessenta e um mil e setecentos euros). Mas o Município, para ajudar os contribuintes tem de pagar às Águas de Portugal o bem que faz dentro da sua própria casa e com aquilo que é nosso. Só para injetar na malfadada AdAM, o Município de Valença vai retirar dos seus cofres, em prol da dita parceria, o valor de 480.920.29€ (quatrocentos e oitenta mil novecentos e vinte euros e vinte e nove cêntimos) pergunta, se não gastaria menos o Município fazendo as obras de reestruturação e alargamento da rede por sua conta, com a vantagem que teria toda a receita da água em seu benefício e não no benefício de toda uma estrutura empresarial. Lembra que existe um processo em Tribunal com as Águas do Noroeste e outro em que a autora é a Águas do Noroeste e o réu o Município de Valença, num pedido cujo valor é de 81.477.84€ (oitenta e um mil quatrocentos e setenta e sete euros e oitenta e quatro cêntimos). ___

Luís Araújo: No tocante a este ponto, apesar da incorporação do saldo de gerência ser importante, voltamos a ver transferências para a AdAM, a título de participação em empreitadas, fruto do contrato que o Município assumiu. Recorda que este tipo de documentos revela também um conjunto de opções políticas do Executivo que não partilham. _____

Inês Ferreira: Sabem que é um imperativo legal que impõem que este assunto tenha que vir à Assembleia Municipal para que o saldo orçamental do ano anterior seja introduzido naquilo que é o orçamento para 2021 e, na documentação, estão indicadas as verbas e os destinos desse saldo, inclusive refere a parte não definida do orçamento em dezembro. _____

Presidente da Câmara Municipal: Começou a sua intervenção por dar nota do cumprimento da lei em relação ao fluxo de caixa. Diz a Lei 75-B/2020, de 30 de dezembro (LOE para 2021) que o Município poderá incorporar o saldo do ano anterior levando-o, de seguida, à Assembleia Municipal averbando esse saldo no orçamento. Naturalmente que, após a aprovação do relatório de gestão e contas, na Sessão de abril, virá todo o relatório detalhado, de tudo aquilo que foi a atividade do Município durante o ano de 2020. Respondendo aos Srs. Luís Araújo e Cláudia Labrujó em relação às transferências para a AdAM, o Município tinha e tem abastecimento de água, tem uma piscina municipal, tem pavilhões, tem escolas, tem edifícios onde funcionam os vários serviços do Município, e todos consomem água. É natural que se pague essa água, tal como os restantes consumidores. Para pagar o consumo que fazemos de água temos que ter provido no orçamento essa verba, ou seja, uma estimativa do valor que se vai gastar em 2021, isto porque como é o primeiro ano, pois em 2020, não se pagou a água das instalações municipais, e não se pagou porque o Município tinha mais um ano de bombagem. Como devem saber a bombagem não é do Município e se tivessem visto detalhadamente o voto de protesto que apresentou na Câmara Municipal, tinham ficado a saber que no ano 2005, com o Protocolo de Espinho, todos os Municípios do Alto Minho se comprometeram a comprar a água às Águas do Noroeste, bem como a depositar as águas residuais nas instalações deles, nas centrais de tratamento, no caso aqui de Valença era em Cristelo Covo e Campos. Esta de Campos serviu a parte sul da Freguesia de São Pedro da Torre. Mas não tendo pago em 2020 tem que pagar em 2021. E naturalmente que foi necessário colocar no orçamento uma verba disponível para fazer face ao pagamento da água consumida pelo Município.

Quanto à questão do financiamento para retirar o fibrocimento da escola, disse que em todos os pavilhões foi retirado, no âmbito desta empreitada, assim como dos passadiços. No entanto, há uma parte que não está contemplada na empreitada, daí ter havido necessidade de uma segunda candidatura, sendo que, o valor desta não é suficiente para as obras que ascendem a 124.000,00€ (cento e vinte e quatro mil euros) e, portanto, o Município ainda vai ter que por mais algum dinheiro além dos 15%. Dizer ainda que, a primeira candidatura da escola era, sobejamente, grande e que o Município se comprometia a colocar dos cofres do Município 1.600.000,00€, (um milhão e seiscentos mil euros) porque a candidatura não cobria a totalidade das obras da escola. Depois, devidos à situação causada pela pandemia e por motivos de dificuldade de

execução de outras candidaturas, conseguiu-se canalizar, através do circuito a que a Senhora Ministra chamou de” vasos comunicantes”, em conjunto com o Presidente da CCDR Norte, na altura o Sr. Dr. Freire, verbas de outras candidaturas, que tinham menos execução, para a candidatura da escola e, mesmo assim, não foi suficiente.

Também para dizer que os 144.000,00€ (cento e quarenta e quatro mil euros), que aqui estão são para a obra, que vai iniciar na próxima semana, em Cerdal. A obra é de 1.400.000€ (um milhão e quatrocentos mil euros) em que o Município terá que participar a parte não financiada, ou seja, com 15%. A candidatura financia 85% e o Município financia 15%. O facto é que existem fundos a que só são acessíveis a sistemas agrupados, daí o protocolo de parceria, caso contrário não se acedia aos fundos. Houve um Presidente de Câmara que veio dizer, para os meios da comunicação social, que não estava agrupado e que também tinha acesso aos fundos. E realmente teve. Só que teve acesso aos fundos em 2 (dois) anos de 300.000,00€ (trezentos mil euros), e os Municípios agrupados em 2 (dois) anos vão ter quase 4.000.000,00€. (quatro milhões de euros).

Há ainda o depósito de resíduos que é necessário pagar. A Valorminho cobra uma taxa a todos os Municípios, por tonelada, de depósito de lixo em aterro. E também sempre foi dito, nesta Assembleia Municipal por inúmeras vezes, que o serviço de abastecimento de água, de águas residuais e de resíduos sólidos, no final do ano, dava um saldo negativo podendo variar entre 400.000€ (quatrocentos mil euros) a 600.000€ (seiscentos mil euros) ano. Era um sistema deficitário.

Também veio aqui à Assembleia Municipal as medidas adotadas pelo executivo municipal, quer o ano passado, quer, já este ano, que subsidiava o pequeno comércio, com caudais de abastecimento inferiores a 25 mm. A Câmara Municipal financiava as tarifas fixas, o lixo e o consumo de água. Portanto, financiava na totalidade. Isto é, naturalmente, uma ajuda ao comércio local que temos que pagar.

Quanto ao mapa de fluxo de caixas, está distribuído por verbas para onde vai transitar esse saldo. Num ponto anterior, julga que foi Cláudia Labrujó, que falou em relação aos montantes que estavam em conferência, aos montantes que estavam em dívidas a fornecedores e aos montantes de financiamento a médio e longo prazo. Todos sabem, que estas verbas variam no final do ano por uma razão simples, é que quanto menos saldo ficar na passagem para o ano seguinte, menos saldo fica cativo em relação à utilização para lançamento de novas obras.

Aqui também estão incluídos os transportes escolares que foram redobrados em termos de preço. Até agora tinham uma carreira agora passam a ter duas ou três, porque a limitação de ocupação

dos transportes escolares assim o impõe. Isso, naturalmente veio encarecer os transportes escolares e, portanto, houve necessidade de reforçar essa rubrica. _____

Os membros Cláudia Labrujó e Luís Araújo prescindiram de intervir uma segunda vez. _____

José Nogueira: Para dizer à Sra. Dra. Inês Ferreira, que esperava que não reescrevesse a história. Sobre as urgências, sobre o serviço básico, para ir ver uma intervenção sua e ver se o PSD não é quem teve toda a culpa no cartório. _____

Inês Ferreira: Relativamente ao serviço de apoio permanente, para dizer que o Dr. Nogueira sabe direitinho como é que foi todo o processo. Em relação aos documentos em análise e discussão referiu que ninguém disse qual vai ser o sentido de voto dos diversos grupos, mas tem de dizer uma coisa porque ficou pendente da última reunião pois não teve oportunidade de o fazer. E é o seguinte. Quando foi a aprovação do orçamento, que quem não se revê nas opções políticas subjacente ao orçamento vote contra, tem toda a legitimidade e entendo e também já fez isso. Agora, o que não entende é que votem contra documentos contabilísticos, documentos técnicos. Isso é passar um sentido de incompetência a quem faz esses documentos. Portanto, não entendeu e continua a não entender. _____

Presidente da Assembleia Municipal: Num universo de 27 (vinte e sete) Membros, obteve-se o resultado seguinte: _____

APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXO DE CAIXA, sete votos contra, zero abstenções, vinte votos a favor. O Ponto foi aprovado por maioria. _____

1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2021 – um voto contra, seis abstenções e vinte votos a favor. O Ponto foi aprovado por maioria.

O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão para almoço às 13h10 sendo retomada às 15h00. _____

PONTO 3º REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE APOIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VALENÇA

Presidente da Assembleia Municipal: Inscreverem-se neste ponto da ordem de trabalho os Membros Cláudia Labrujó, Ana Tomé, Paulo Esteves e Jorge Moura. _____

Cláudia Labrujó: Quanto ao regulamento de concessão e apoios sociais dos Bombeiros Voluntários de Valença, para dizer que votarão favoravelmente, felicitando o Município pelos incentivos e benefícios dados aos bombeiros voluntários de Valença. _____

Ana Tomé: Após as saudações protocolares, dizer que os Deputados do Partido Socialista votarão favoravelmente, porque tal como é dito no preâmbulo, é unânime que é meritório o trabalho dos Bombeiros Voluntários no apoio que dão à população e à defesa da nossa comunidade. E, para além disso, todas as iniciativas que sejam para promover o voluntariado, no geral, são de louvar. Se há alguma coisa a dizer relativamente a este regulamento é que se calhar peca por tardio e aí já não é, já várias foram as vezes em que membros do grupo parlamentar do Partido Socialista, falou dos apoios necessários à associação humanitária, uma das principais associações, sem menosprezar as demais, da nossa comunidade. Não estão em crer que teve a ver com as mudanças de direções, até porque cargos são cargos e o mérito de uma associação, deste género, merece sempre apoio. _____

Paulo Esteves: Dizer que votará favoravelmente este regulamento, fazendo suas as palavras de Cláudia Labrujó e parte das palavras da colega Dra. Ana Tomé com as quais concorda. Se calhar pode vir um bocado tarde, mas mais vale tarde do que nunca. Aproveitou para lançar um desafio à Câmara Municipal. Sem dúvida nenhuma que os Bombeiros Voluntários merecem este incentivo, é um estímulo ao voluntariado, mas pensa que poderia ser criado, também, um regulamento de idêntica natureza, com contrapartidas idênticas ou próximas, para aqueles que são dadores de sangue regulares. Porque muitas vezes o dador de sangue, talvez por não haver no município um centro de recolha de sangue, é esquecido, e a dádiva de sangue é importantíssima. _____

Jorge Moura: Dizer que se congratulam com este protocolo, reitera e comunga de todas as intervenções anteriores, tendo em consideração que realmente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença é, e não desprovendo de todas as outras instituições de todos os seus méritos, é realmente uma associação de referência no Concelho. O incentivo ao voluntariado é muito importante. E, como tal, votarão favoravelmente. _____

Presidente da Câmara Municipal: Pouco mais há a acrescentar ao que aqui foi dito, no entanto, disse querer frisar que, além dos Bombeiros Voluntários que hoje são reconhecidos através deste regulamento, nada disto representa ou equivale a tudo que eles retribuem. Naturalmente, que dão mais à comunidade do que aquilo que recebem, e muitas vezes até não são devidamente reconhecidos pelos trabalhos que prestam em situações menos boas, arriscando, por vezes, a própria vida em prol dos outros. Como foi dito peca por ser tarde, mas

mais vale tarde do que nunca, e, até à data, também nunca ninguém se lembrou de trazer aqui, a esta Assembleia, uma proposta neste sentido. Este é um regulamento para os Bombeiros Voluntários, mas há que ir mais longe, há quem preste voluntariado, não só no corpo ativo, mas também na Direção, no Conselho Fiscal, na Mesa da Assembleia, bem como nas outras associações e outras IPSS's deste Concelho. Muitas associações ou a grande parte das associações, espalhadas pelo Concelho, são dirigidas por pessoas, voluntariamente, e muitas vezes com dissabores e o não reconhecimento do trabalho efetuado. Com este regulamento pretende-se contribuir para engrossar as fileiras do voluntariado. É esse o nosso reconhecimento, acha que está na altura certa de, uma vez mais, se reconhecer os Bombeiros Voluntários pelo trabalho desenvolvido ao longo de todos estes anos e que, naturalmente, no futuro, cada vez mais os bombeiros serão necessários à população. _____

Os membros intervenientes prescindiram do exercício da réplica. _____

Presidente da Assembleia Municipal: Num universo de 26 (vinte e seis) Membros, o ponto em discussão foi aprovado por unanimidade.

PONTO 4º CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE VALENÇA E A FREGUESIA DE FONTOURA

Presidente da Assembleia Municipal: Inscreverem-se neste ponto da ordem de trabalho os Membros Cláudia Labrujó, Cláudia Moreira, Paulo Esteves e Rui Ferreira. _____

Cláudia Labrujó: Para dizer que também neste ponto votarão favoravelmente, felicitando o Município e a Freguesia de Fontoura pelo contrato estabelecido a fim de dinamizar um centro sénior e um albergue de peregrinos. _____

Cláudia Moreira: Dizer que o Grupo Municipal do Partido Socialista sempre pretendeu votar favoravelmente a celebração deste contrato. Ainda assim, por uma questão de transparência, regista com agrado as alterações ao documento original, apresentado em dezembro, quanto à finalidade da celebração do contrato, que não ficava clara na primeira versão do documento. De igual modo, esperam que, no futuro, quando solicitados e se oportunos, outros contratos desta índole venham a ser aceites e celebrados pelo Município com as demais Freguesias, sem exceção. Também pareceria adequado e justo, atendendo que a celebração deste comodato acaba por se traduzir numa atribuição de verba à Freguesia, que a quantidade equivalente ao produto de um possível arrendamento do espaço cedido, no período de duração deste contrato, fosse distribuída pelas demais Freguesias a fim de garantir um tratamento igualitário. _____

Paulo Esteves: Dizer que com este contrato de comodato deu-se à Junta de Freguesia de Fontoura, por assim dizer, um poder dever, ou seja, tem o comodato, mas tem o dever de exercer efetivamente e de forma continuada atividade no imóvel, sendo certo que, não o fazendo, reverterá para a Câmara. Recebe um encargo de desenvolver permanentemente ali uma atividade. Mas também não pode deixar de mencionar que acaba por ser um exemplo paradigmático daquilo que pode ser a colaboração da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia. Em que a Câmara Municipal faz, por assim dizer, um esforço financeiro significativo, e em que a Freguesia colabora fazendo obra e mantendo atividade no imóvel em proveito da Freguesia, da comunidade e de facto mostra que pode haver, dentro da própria autarquia local descentralização daquilo que são funções e daquilo que são competências. Espera que este caso sirva realmente de exemplo para outras Freguesias.

Em relação às rendas que possa receber, não concorda com a colega, Dra. Cláudia Moreira, porque ao fim ao cabo, quem vai ter o encargo da manutenção do edifício e da sua, eventual construção, será a Junta de Fontoura. Ou seja, não seria justo nem equitativo que as Freguesias que não têm esse encargo, receberem o mesmo. _____

Presidente da Câmara Municipal: Para dizer, em relação à utilidade daquele espaço, que não será apenas centro sénior ou albergue de peregrinos, mas está a ser construída, no mesmo terreno a futura casa mortuária que contará com o apoio do Município, tal como já referiu, no valor de 60.000,00€ (sessenta mil euros). Em relação ao que foi sugerido pela Dra. Cláudia Moreira, de se celebrarem outros contratos deste género, disse que este já não é o primeiro já foram celebrados outros com algumas freguesias. Todas as escolas que foram sendo desativadas nas Freguesias, a pouco e pouco, foram celebrados protocolos com associações, para a utilização desses espaços. Deu como exemplo a antiga Escola de São Julião, que hoje é a sede do rancho, ou a de Taião, que é a sede de uma associação ou mesmo a de Verdoejo que, de momento está a servir de centro de dia para as pessoas seniores da Freguesia. _____

Rui Ferreira: Após as saudações protocolares esclareceu que já é o segundo contrato de comodato que a freguesia de Fontoura faz com o Município. O primeiro teve como objeto as duas salas de cima da Escola Primária. A Junta realizou alguns investimentos e, neste momento, servem como ATL. Além disso servem como prolongamento de horário, ou seja, abrem às 05h30 para que as pessoas que trabalham em fábricas, possam lá deixar as crianças que depois são levadas no transporte público para os respetivos estabelecimento de ensino.

Com este comodato vai conseguir servir-se melhor a população da freguesia que já não terá necessidade de procurar alternativas noutros lugares e ao mesmo tempo vai haver um albergue

para peregrinos, pois cada vez há mais pessoas a fazer o caminho, pelas mais variadas razões. Em relação à casa mortuária é um anseio da população há já vários anos. Aproveitou para dizer que está na altura de a Câmara Municipal fazer obras na escola primária de Fontoura, onde funciona um Jardim de Infância e mostrar que estão contra essa política suicida da centralização.

Presidente da Assembleia Municipal: Num universo de 27 (vinte e sete) Membros, o ponto em discussão foi aprovado por maioria com uma abstenção por parte do Presidente da Junta de Fontoura. _____

PONTO 5º ADAM – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Presidente da Assembleia Municipal: Inscreverem-se neste ponto da ordem de trabalho os Membros, Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, Cláudia Moreira, Luís Araújo, Paulo Esteves e Inês Ferreira. _____

Cláudia Labrujó: Dizer que tinha acabado de saber que a Câmara Municipal criou um balcão de apoio aos cidadãos que tenham algum problema com as faturas da água. Atendendo a que estão em reunião desde as 09h00 não teria ficado mal ao Senhor Presidente da Câmara ter falado na existência deste balcão, pois uma vez mais, tomou conhecimento da sua existência através das redes sociais. Na sua opinião os serviços prestados pela AdAM roçam o limite do crime, é faturação incorrecta, são reclamações sem resposta, são comunicações de leitura do consumo que não são refletidas nas faturas, não enviam leitores para fazer as leituras, facturações com consumos por estimativa, faturação com referências de multibanco inativas, faturação de 1, 5, 10, 22, 30, 31, 40, 43, 90, 120 dias, conforme se lembram, sem leitura anterior e/ou final, prazos de pagamento que expiram no dia em que recebem as cartas, por referir algumas. Em abril do ano passado, corria nas redes sociais uma petição pública a solicitar o término desta empresa. a petição reuniu 8000 (oito mil) assinaturas. De imediato a empresa procedeu à suspensão da faturação pedindo desculpas e garantindo que tudo se iria normalizar. Passado, quase um ano, tudo está na mesma, senão pior. Sítios há, no Concelho, em que a pressão da água é de tal forma que rebentam as tubagens, noutros nem há pressão para ligar um esquentador. Há quem esteja a pagar saneamento que não está ligado às suas casas. No mês de agosto do ano passado, por ocasião das manifestações populares de desagrado com todas estas situações, a empresa volta a suspender a faturação, prometendo, mais uma vez, que tudo iria correr melhor. Ao fim de três meses, retomam a faturação, mas com os mesmos vícios. Fatura errónea, consumos erróneos, débitos diretos novamente reativados sem ordem escrita do cliente, voltam a recorrer à autorização tácita que acompanha a faturação, levando ao deslize do cliente que não se

manifestando no prazo legal, incorre nas modalidades previstas nos artigos 217.º e 218.º do Código Civil. Existe má-fé no ato negocial, uma vez que estão a lidar com pessoas com vários níveis de instrução e mesmo com falta dela, que, não tendo instrução, pagam as faturas nem que para isso fiquem sem comida na mesa.

Também para dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que não venha de novo com a conversa que a água é mais barata do que quando a gestão era do Município. Senão veja-se o seguinte: em 2016/2017, se não lhe falha a memória, houve uma atualização no tarifário das águas, houve um aumento ligeiro em relação aos anos anteriores colocando o preço da água ao nível da cidade de Viana do Castelo para que, quando passassem a integrar a empresa, os Presidentes aderentes pudessem apregoar aos sete ventos, que nos seus Municípios “a água é mais barata.” O facto é que a água voltou aos preços que anteriormente o Município praticava. Porém, esta empresa, com todas as taxas que aplica, no final, os consumidores pagam fixo cerca de 178,00€ (cento e setenta e oito euros) por ano.

Com os constantes erros na faturação, quem mensalmente tinha consumos de 4 m³ de água, vê os escalões aumentados porque acumula consumos de dois e três meses e alguns casos mais de seis meses de faturação. No mês de fevereiro de 2021, as pessoas recebem as faturas da loucura, as amarelas, os acertos dos meses de setembro a dezembro e, no dia seguinte recebem a fatura de janeiro e antes de terminar esse mês recebem a terceira fatura do mês. E depois, vêm os Presidente de Câmara, com um ar agastado e desiludo. O que a população esperava era que os Senhores Presidentes de Câmara assumissem o ato, criminal, que cometeram, trucidando mesmo, a vida de milhares de famílias do Alto Minho, colocando, até, em risco a saúde pública, uma vez que as pessoas precisam de reclamar e nem todas elas mexem nas novas tecnologias como os que estão aqui presentes.

Volta a arrancar novamente a petição pública, volta a aparecer o administrador não executivo a dar uma entrevista à altura da sua condição, ou seja, sem isenção jornalística, esse mesmo administrador estava inclusivamente com um ar de gozo, um sorriso asqueroso face à grave situação social que muitas famílias estão a passar neste momento. Haja vontade de retroceder, haja vontade e determinação de ir buscar o que é nosso e que nunca deveria ter saído da esfera do nosso Concelho, haja a coragem pessoal e política de admitir e remendar o erro cometido. Existe uma pandemia COVID-19 no país e no mundo, mas no Alto Minho existe uma segunda pandemia que se chama ADAM. _____

Francisco Romeu: Em relação ao assunto dizer que, em termos profissionais, o seu escritório localiza-se muito perto da loja da ADAM. É claro que houve situações, algumas, até, caricatas

que as pessoas divulgaram logo. Mas, também houve outras situações em que as pessoas foram ter consigo e contactando a ADAM conseguiu-se resolver as situações. No exercício da sua atividade profissional tem vinte e tal contadores que costuma verificar, não tem problemas em nenhum. Em relação à fatura amarela explicou às pessoas que era dividir o valor por três e isso representava o que consumiam de m³ por mês. Explicou que se referia ao período que deixaram de faturar e agora estavam a fazer o acerto até ao final do ano e que, quem tem, o pagamento por débito direto, se nada disserem, pagam em prestações. Os que não têm por débito direto podem, optar, ou pagam a totalidade ou aderem às prestações. Na sua ótica a manutenção das infraestruturas, desde outubro para cá melhorou e muito. Existem menos ruturas. É certo que as taxas aumentaram, mas essas não são da ADAM mas sim do Município e lembrou que essas taxas foram aprovadas em Assembleia Municipal. _____

José Nogueira: Para dizer que recebeu as duas primeiras faturas completamente fora de prazo. Durante três dias, de manhã à noite, a sua esposa ligou para a AdAM. Entretanto, leu no jornal que triplicou o serviço de atendimento, mas no seu tempo de escola, três vezes zero continua a ser zero. Em relação ao Membro Francisco Romeu disse que já que tem um acesso tão imediato à ADAM, que lhes desse o número de telefone que o põe a comunicar diretamente com a ADAM.

Cláudia Moreira: Os cidadãos dos sete Municípios que aderiram à parceria com as Águas de Portugal que constituem as Águas do Alto Minho, incluindo os valencianos, têm sido lesados e atropelados pelo exponencial aumento do preço da água, por erros administrativos da empresa, por faturas que cobram valores indevidos face a leituras abusivas, desajustadas à realidade e ainda por um péssimo serviço de atendimento a que os utentes do serviço são totalmente alheios. Na sessão ordinária de vinte e nove de junho de dois mil e dezoito da Assembleia Municipal de Valença, onde se aprovou a adesão à ADAM, todo o Grupo Municipal do Partido Socialista votou contra esta parceria estando, como sempre, na linha da frente da defesa dos interesses dos cidadãos valencianos. Nessa mesma data, o Grupo Municipal do PSD refutou essa posição argumentando que o PS via o copo sempre meio vazio, que o preço proposto pela ADAM era justo e razoável e a população iria entender ou ainda que, estavam a cumprir o programa eleitoral sufragado e a não defraudar os eleitores.

Transcorrido um ano de serviço à população, pode agora afirmar-se que o copo não está meio vazio, nem meio cheio, está sim a transbordar das lágrimas dos valencianos atingidos pelos sucessivos atropelos perpetrados pela ADAM. Na altura votaram contra, resumidamente, porque a adesão se centrava no aumento exponencial do preço da água que originaria e originou um forte impacto nos bolsos dos munícipes valencianos. Decorreria logo no primeiro ano do

contrato uma uniformização dos tarifários em todo o distrito tendo como referência o preço praticado pelos serviços municipalizados de Viana do Castelo, perda do poder de decisão do Município do Valença durante 30 (trinta) anos que contempla este acordo, na proposta de atualização anual do preço tarifa do consumo de água, que fica a cargo da entidade gestora, ausência de investimento da entidade gestora na ampliação dos sistemas de água e saneamento do Concelho, que assim ficará exclusivamente a cargo do Município de Valença e dos fundos comunitários que consiga captar para o efeito, reduzido investimento da entidade gestora na remodelação e reabilitação das redes de água e saneamento em mau estado do Concelho, já que o Município de Valença terá em média cerca de 256.000,00€/ano (duzentos e cinquenta e seis mil euros) para o efeito, muito pouco para as necessidades recorrentes das Freguesias e do Concelho.

Aliás, Valença será o terceiro Concelho com menor investimento nas redes por parte da entidade gestora, cifrando-se esse investimento em apenas cerca de um terço daquilo que cobrará pela prestação do seu serviço de distribuição de água. O PS fez os possíveis para evitar este negócio ruinoso para Valença e para os valencianos, votando contra nos órgãos próprios, Executivo e Assembleia Municipal, e expôs aquilo que já receavam que poderia acontecer e aconteceu. Acresce, a isto, o péssimo funcionamento administrativo da empresa e toda a incompetência e confusão instaladas neste primeiro ano. Relembrou que restam apenas vinte e nove anos, se não se reverter esta situação. Sucede que, também, essa reversão se revela praticamente impossível atendendo ao teor das cláusulas trigésima e trigésima segunda do contrato de parceria com a ADAM que dispõe sobre a resolução, a denúncia e a caducidade do contrato.

Na cláusula trigésima do acordo, o ponto sete diz: “*A resolução do contrato de parceria por iniciativa dos segundos outorgantes, no caso os Municípios, tem de ser exercida conjuntamente por todos os Municípios.*” Quer isto dizer que no caso do Município de Valença ou qualquer outro, num momento, desses trinta anos se manifestar descontente com o desenvolvimento desta parceria e desejar cessar ou terminar o acordo, dificilmente poderá fazê-lo, pois terá que convencer os restantes seis Municípios aderentes a juntarem-se nesta, hipotética, resolução do contrato. Isto é uma fórmula clara que as Águas do Portugal, Águas do Alto Minho, encontraram para garantir que este acordo será levado até ao final das três décadas contratualizadas, como o valor financeiro de restituição e amortização dos Municípios à entidade gestora da parceria a ser demasiado avultado para que os Municípios contemplem, sequer, a resolução deste acordo.

Na cláusula trigésima primeira, respeitante à denúncia, diz o ponto cinco que a denúncia do contrato de parceria, por qualquer um dos segundos outorgantes, implica, para além da obrigação de venda das ações da entidade gestora de parceria, subscritas e realizadas pelos

denunciante, nos termos previstos nos estatutos, pelo valor nominal, o pagamento de uma compensação, que é um eufemismo para indenização, à entidade gestora, validada por auditor independente, destinada a garantir a manutenção da trajetória tarifária e o equilíbrio económico, financeiro, correspondente somatório de um conjunto de *itens* que não passarei a ler pela sua extensão.

Significa isto que se o Município de Valença ou qualquer outro decidirem denunciar o contrato, têm de pagar uma compensação, ou melhor, uma avultada indemnização à entidade gestora da parceria. As referidas cláusulas demonstram claramente que os Municípios, são o parente pobre e o elo mais fraco deste acordo de parceria reforçando a subordinação a trinta anos de vigência do contrato. Destarte, é praticamente impossível os municípios, que subscreveram este acordo, resolverem, denunciarem ou terminarem por sua iniciativa o contrato face às avultadas indenizações que teriam que suportar e que delapidariam a tesouraria municipal.

Diante do péssimo serviço administrativo prestado pela empresa, os erros exorbitantes na leitura e faturação, o péssimo atendimento nas lojas e no serviço telefónico da ADAM que impossibilitam a resolução dos problemas levantados pelos cidadãos, sob proposta das Vereadoras do Partido Socialista na última reunião do Executivo Municipal, o voto de protesto contra o funcionamento da ADAM neste primeiro ano de parceria foi trazido a discussão nesta Assembleia e, assim perguntou que diligências estão a ser levadas a cabo pelo Município em defesa dos valencianos, já que não basta dizer que se é solidário com os munícipes, é necessário que aja em conformidade, não apenas com palavras mas são necessários atos que o demonstrem.

Ficou a saber-se que foi aberto um balcão de apoio municipal para estas questões da ADAM, e sobre este balcão, embora seja realmente útil e necessário, não se pode esquecer que ele é aberto a expensas do Município, e quem diz do Município, diz de todos nós. Ou seja, os valencianos vão pagar, ainda que de forma indireta, para receber apoio sobre uma coisa na qual não deveria ser necessário se tudo tivesse decorrido como era expectável. O que não aconteceu. E gostariam ainda de saber porque não participou o Senhor Presidente de Câmara, junto com os demais presidentes dos municípios parceiros, naquela última conferência de imprensa dada pelos mesmos. Bem sabem que a dita conferência de imprensa aconteceu em simultâneo com a reunião de Câmara de Valença, todavia o Senhor Presidente poderia ter lançado mão do mecanismo de substituição para a ela acudir. _____

Luís Araújo: Já muito foi dito sobre as águas e do mau serviço que a ADAM presta às populações. Numa das sessões anteriores, o Senhor Presidente terá dito que as linhas da rede de água e saneamento já teriam sido cedidas ao abrigo do protocolo de dois mil e cinco. Perguntou

se foi mesmo assim, se houve algum pagamento ao Município, naquela data, pela cedência dessas linhas de água e saneamento. Se sim, qual o valor. _____

Paulo Esteves: Dizer em primeiro lugar que gostaria de recordar à Dra. Cláudia Moreira que se esteve presente na reunião onde foi aprovado o protocolo, votou contra, por isso não devem partidarizar o assunto. Votou em função da sua consciência. Em relação ao que está em discussão hoje – a avaliação dos serviços prestados pela ADAM – poderia dividir os serviços prestados pela ADAM em duas categorias, uma parte técnica que são as infraestruturas e outra que é a relação comercial. E aí pensa, que por parte da ADAM, seria difícil fazer pior. Não foi por acaso que a Câmara Municipal lançou um comunicado, para chamar a atenção, porque há descontentamento. Faz uma avaliação da parte comercial extremamente negativa, da parte técnica ou construtiva não avalia porque não tem conhecimentos. _____

Inês Ferreira: Começou por dizer que todos concordam que de facto a empresa, em termos da sua relação com o consumidor, seja, em termos de faturação ou leitura dos contadores, tem falhado. Já se deslocou duas vezes à loja de Valença, onde se encontram duas funcionárias extremamente competentes e eficazes naquilo que é explicar ao utente, letrado ou não letrado, a informação constante da fatura. Portanto, não se pode dizer, que as lojas não estão a funcionar. Já disse, numa outra Assembleia Municipal, que acredita que os Senhores Presidentes da Câmara dos sete Municípios têm feito pressão, e por isso perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se podia informar que diligências já foram tomadas e que posição os Municípios assumiram no sentido de fazer pressão para que a empresa funcione. Sabe que existem empresas destas ao longo do país que não tiveram este problema. Portanto, aqui há um problema de administradores e por isso perguntou o que projectaram, em termos de curto e médio prazo, para resolver este problema. _____

Presidente da Câmara Municipal: Começou por esclarecer o membro Cláudia Labrujó em relação a uma situação que tem sido divulgada nas redes sociais, dizendo que o ex-presidente da Câmara, agora deputado, Dr. Jorge Mendes, era membro do Conselho Fiscal, enquanto Presidente de Câmara. O Presidente da Câmara é que é membro do Conselho Fiscal não a pessoa. Respondendo à Dra. Cláudia Moreira, disse que não esteve na reunião porque entendeu que era mais importante a reunião de Câmara, além disso sabia que estava bem representado e tinham o seu acordo para o voto de protesto. Disse ainda que no dia catorze de janeiro findo, enquanto membro do Conselho Fiscal, fez chegar uma nota ao Conselho Fiscal, pedindo que constasse em ata desse Conselho Fiscal e se desse conhecimento ao ROC da empresa, na qual referiu que não estava nada satisfeito com o serviço prestado e que essa carta era o cartão

amarelo mostrado à empresa, enquanto membro do Conselho Fiscal. Quanto ao serviço prestado pela empresa, disse que era necessário analisar isso de duas perspetivas: primeiro, o serviço no terreno, segundo, o serviço administrativo, e em relação a este já demonstrou e consta do voto de protesto apresentado na Câmara Municipal que o considera péssimo. Mas a responsabilidade da administração da empresa é do Partido Socialista, foi o Sr. Ministro Matos Fernandes que a nomeou. Não viu ninguém do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, a pedir a demissão da Administração do Conselho da ADAM, nem a pedir a demissão do Senhor Ministro Matos Fernandes. Informou que se realizou uma reunião dos sete municípios com uma empresa especializada de advogados, na Villa Moraes, para saber qual o caminho a trilhar e puseram em cima da mesa os custos implicados na saída da parceria. Disse ainda que se a fatura tem saído no mês de janeiro de 2020 em condições, nada disto teria acontecido, porque os aumentos não eram relevantes. Acrescentou, que fez um apanhado dos consumos do Concelho e pode dizer, ao dia de hoje, só para terem uma ideia, no consumo de água e saneamento temos sessenta por cento das faturas inferiores a 15,00€ (quinze euros). Nas faturas superiores a 75,00€ (setenta e cinco euros), só temos cinquenta e quatro no Concelho, isto para dizer, que se não houvesse erro de faturação tudo estaria enquadrado dentro dos preços e das tabelas que anteriormente eram praticadas pelo Município. Na nota de protesto, realçou dois aspetos, melhorou-se a qualidade da água, neste momento, a qualidade da água nos Municípios aderentes é de 98,7% (noventa e oito vírgula sete por cento) foi reforçado o investimento diminuindo as ruturas. Quanto ao balcão do município destinado a apoiar os munícipes no seu contacto com a AdAM informou que funcionará nas instalações da Piscina Municipal, com dois funcionários municipais, por um período transitório, para esclarecer as pessoas que têm dificuldade na interpretação da fatura. O balcão não tem acesso direto à rede informática da AdAM, mas recolhe as reclamações e compromete-se a dar uma resposta. Neste momento, acha que a empresa está preocupada com a posição adotada pelos municípios, pois vislumbram-se vários cenários e nenhum é fácil.

Respondendo ao Sr. Luís Araújo, disse que o que está escrito no voto de protesto está fundamentado, e se diz que as infraestruturas foram vendidas em dois mil e cinco, é porque está documentado, acrescentando que o Município recebeu pela venda dessas infraestruturas, tal como se encontra documentado na contabilidade. Dizer que o Executivo está sempre ao lado de quem sempre esteve, ao lado dos valencianos, pois se assim não fosse não teria apresentado esse voto de protesto. A saída neste momento, isoladamente, da empresa já se sabe é muito difícil. O caminho seria uma saída, amigável, de todos os Municípios. Por outro lado a aquisição dos 51% (cinquenta e um por cento) da participação das Águas de Portugal não custará o mesmo que

custava há um ano atrás quando entraram na parceria com os 49% (quarenta e nove por cento) dos municípios. _____

José Nogueira: Para colocar algumas questões: Primeira pergunta: se o Senhor Presidente da Câmara se recorda que numa altura em que alguém da AdAM veio à Assembleia Municipal e lhe foi perguntado se decidissem abandonar a ADAM, quanto é que isso custaria. A resposta não foi clara. O Senhor Presidente também, a certa altura, disse que já abordaram a possibilidade de abandonar a ADAM. Quais os custos disso. Uma vez que detêm 49% (quarenta e nove por cento) da Administração será fácil exigir uma faturação correta. Estas faturações aparecem para nos chamar parvos, porque ao fim de 6 (seis) meses, prescrevem, mas como esta não é automática e é necessário reclamar, passa. A questão, agora é: meteram-nos nisto e agora vamos sair. Então vamos sair todos. E se não sairmos todos, há uma coisa que se chama incumprimento do contrato. _____

Presidente da Câmara Municipal: Dizer que a pessoa que veio a esta Assembleia Municipal falar sobre a AdAM chama-se Eng. Carlos Martins, é administrador da ADAM e foi Secretário de Estado do Partido Socialista e, ainda, não viu os membros do Partido Socialista pedirem a sua demissão. Quanto ao custo que implicaria a saída não sabem. Cada dia que passa, os custos aumentam, há investimentos por parte da empresa. Portanto, neste momento, sair da AdAM é difícil, não é impossível. E por isso é que têm reunido, para saber os prós e os contras, porque esta situação, que é meramente administrativa, não se justifica. _____

Cláudia Labrujó: Dizer que tem o maior respeito e admiração pelos funcionários porque estão a dar a cara por uma empresa cujos administradores não sabem gerir ou administrar. Em relação aos consumos de 15,00€ (quinze euros) disse, que neste momento, teriam que lhe cobrar cerca de 30€ (trinta euros), perto de 40 m³ (quarenta metros cúbicos) pelo ano de 2020 e no corrente ano estão a fazer uma estimativa de 2 m³ (dois metros cúbicos). Acrescentando que, de momento não dá a contagem real pela simples razão de estar à espera que se dignem a fazer corretamente as faturações. A partir do momento em que a faturação passe a estar correta será diferente. Solicitou que o Presidente da Câmara esclarecesse em que momento passou a substituir o Dr. Jorge Mendes nos órgãos da empresa. Isto porque em abril do ano passado se falou que ele continuava na ADAM porque se sentia responsável e queria acompanhar este processo de perto. Portanto, ainda há bem pouco tempo o Sr. Dr. Jorge Mendes pertencia aos órgãos da empresa. Quanto à questão do saneamento defendeu que quem não tem saneamento ligado à rede não deve pagar esse serviço, pelo conhecimento que tem e pelo que leu no voto de protesto da Câmara Municipal não é isso que está a acontecer. Isso é grave. _____

Cláudia Moreira: Para dizer que concorda com o que foi dito pelo membro Cláudia Labrujó, efetivamente, o problema não são os funcionários, a questão será talvez a falta de formação ou de informação que a empresa não lhes passa. Seguidamente contou uma situação ocorrida com uma pessoa sua conhecida que não pagou a fatura no tempo adequado. Dirigiu-se à loja para pedir novas referências para proceder ao pagamento da fatura. É surpreendente que uma loja deste género não tenha a capacidade de emitir as referências e ter que as solicitar a Viana. A nova referência foi emitida mas, no atendimento da loja de Valença, esqueceram-se de informar que o pagamento tinha de ser feito, obrigatoriamente, na loja, não podia ser feito numa caixa multibanco. A pessoa dirigiu-se a uma caixa multibanco que deu a referência como inválida. Após se dirigir uma segunda vez à loja é que lhe disseram que o pagamento tinha que se ali efetuado. Isto não é um bom atendimento e estas situações multiplicam-se. Recordou o Senhor Presidente de Câmara, que das primeiras vezes que ocupou o cargo e se sentou nesta Assembleia costumava dizer que não discutia política nacional nesta Assembleia Municipal. Mas, pelo que vê, ultimamente, a política nacional tem sido aqui falada muitas vezes, nomeadamente em questões de ministérios. E quando à pergunta colocada sobre a razão de não pedirem a demissão do Senhor Ministro, a questão é que ele até pode ter nomeado o administrador da Águas do Alto Minho, mas não obrigou, nem este Município ou qualquer dos outros a assinar o contrato e muito menos obrigou a assinar nos termos em que assinaram e nos coloca numa situação extremamente complicada caso quiséssemos sair. _____

Inês Ferreira: Esclarecer que as faturas, no verso, trazem a indicação dos metros cúbicos gastos. Fazendo uma síntese daquilo que tem sido abordado acerca deste assunto, disse que considera que tudo o que tem sido dito vai de encontro às preocupações que os Senhores Presidentes de Câmara destes Municípios têm manifestado. Se se fizer uma avaliação negativa daquilo que é a atividade administrativa da empresa, o Senhor Presidente da Câmara sai hoje daqui com mais força para poder chegar e dizer que na reunião de câmara foi aprovado um voto de protesto e na Assembleia Municipal também foram unânimes em referir que a empresa, em termos administrativos, está a funcionar mal e, portanto, exige-se que passe a funcionar bem. ___

Presidente da Câmara Municipal: Informar que o voto de protesto, aprovado na reunião da Câmara Municipal, já foi dado conhecimento à AdAM – Águas do Alto Minho, às Águas de Portugal e ao Senhor Ministro do Ambiente. Em relação às referências multibanco, neste momento, através do atendimento telefónico, já é possível obter nova referência para pagamento quando a data limite está ultrapassada. Alguém disse que estava a puxar muito a política nacional para a Assembleia. Quando entende que o deve fazer, faz. E ninguém pode negar que há muitas coisas que as Câmaras estão a fazer que eram responsabilidade do Governo Central. Seja no domínio da educação, seja na vacinação, seja no apoio às famílias ou ao comércio. Foram sempre as Câmaras Municipais que estiveram na linha da frente. Uma vez mais, aproveitou, para deixar o seu agradecimento aos profissionais de saúde que estiveram na vacinação porque estão horas a fio, ininterruptas, e ninguém se lembra que essas pessoas também têm que comer. A Senhora Vereadora ontem mesmo falou com eles e disponibilizou a

cantina da escola assim como as refeições a estes profissionais. Como profissionais que são não quiseram porque não podiam abandonar o espaço, então foi-lhes disponibilizado umas refeições ligeiras. Isto devia ter sido pensado pela tutela não pela Câmara. Finalizando disse que o executivo camarário votou unanimemente o voto de protesto contra o funcionamento administrativo da empresa. Não há mais tolerância, é tolerância zero a partir deste momento. ____

Presidente da Assembleia Municipal: Dizer que a agenda de trabalhos está concluída. _____

Com esta contextualização o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 22 (vinte e dois) Membros aprovada **por unanimidade**. Mais, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram dezoito horas. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pela Chefe da Divisão Administrativa Geral que a redigiu.

Apoio à Assembleia Municipal O _____	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
Paula Mateus	Alberto Luís de Oliveira Vilas